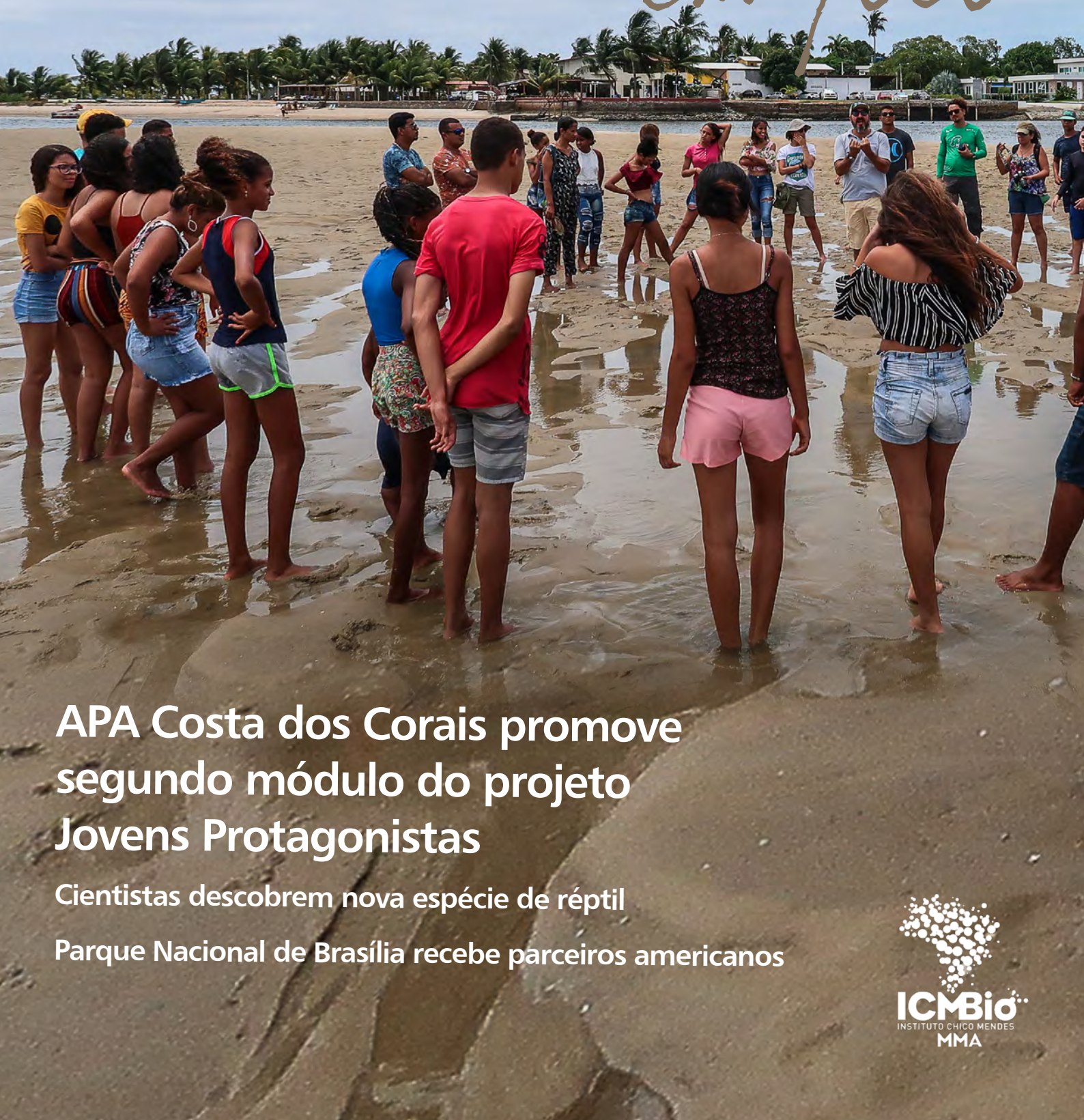


ICMBio

Edição 547 - Ano 12 – 7 de Fevereiro de 2020

em foco



APA Costa dos Corais promove segundo módulo do projeto Jovens Protagonistas

Cientistas descobrem nova espécie de réptil

Parque Nacional de Brasília recebe parceiros americanos

ICMBio celebra termo de compromisso com comunidades do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Nos dias 8 e 16 de janeiro, foi realizada a assinatura do Termo de Compromisso pelas famílias das comunidades Baixa Grande e Queimada dos Britos, situadas na Zona Primitiva do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Os termos já haviam sido assinados pelo presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Homero Cerqueira, em dezembro de 2019.

O termo é um direito das comunidades tradicionais e tem por objetivo ajustar obrigações entre as comunidades e o ICMBio, além de estabelecer condições de uso e manejo das terras e dos recursos naturais, a fim de assegurar a sobrevivência digna dos moradores e de seus familiares. Desta forma, é possível compatibilizar o uso e manejo com os objetivos de criação da unidade de conservação de proteção integral.

O acordo foi construído ao longo do ano de 2019 de forma participativa com as comunidades, pesquisadores e representantes dos sindicatos e colônias de pescadores da região. Foram abordados temas como construção de novas moradias, pesca, criação de animais, destinação do lixo e atividades de turismo.

De acordo com o analista ambiental, responsável pelos trabalhos da câmara técnica dos Termos de Compromisso do Conselho Consultivo da unidade, Adriano Damato, a assinatura do termo de compromisso representa um marco histórico para o Parque e é apenas o início dos trabalhos. Segundo ele, o objetivo é celebrar o termo com todas as comunidades do Parque.

Moradora da Queimada dos Britos assina Termo de Compromisso

Acervo Parma Lençóis Maranhenses



ODS relacionados



Cientistas descobrem nova espécie de réptil

Uma parceria entre professores/cientistas de três universidades federais brasileiras resultou na descoberta de um tipo de réptil curioso, uma nova espécie de anfisbena, ou como é conhecida popularmente, cobra-de-duas-cabeças. A espécie foi descoberta no estado da Bahia, no bioma da Caatinga. Apesar do nome popular, esse animal não é uma serpente nem possui duas cabeças.

Os herpetólogos – especialistas que estudam anfíbios e répteis – chamam as cobras-de-duas-cabeças de anfisbena, nome de origem grega que quer dizer “que anda para os dois lados” e faz referência a uma criatura da mitologia grega.

Segundo o Dr. Leonardo Ribeiro, professor na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e coordenador do estudo, as anfisbenas não são peçonhentas ou venenosas, e não oferecem nenhum tipo de perigo. O artigo científico descrevendo a descoberta da nova espécie foi publicado em janeiro no periódico internacional *Journal of Herpetology*, editado pela Sociedade para o Estudo de Anfíbios e Répteis (Society for the Study of Amphibians and Reptiles - SSAR), considerada a maior sociedade herpetológica internacional, com sede nos Estados Unidos.

O nome científico da nova espécie é *Amphisbaena acangaoba*. Acangaoba é uma palavra de origem na língua indígena Tupi e se refere aos diversos adornos usados na cabeça durante o cotidiano dos indígenas brasileiros. O nome surgiu devido

à espécie possuir um conjunto de escamas no topo da cabeça que lhe dá a aparência de usar um capacete. Por isso, os pesquisadores sugerem nomeá-la popularmente como anfisbena-de-capacete. Dessa forma, o nome além de ser uma homenagem à numerosa população indígena brasileira, também é uma forma de chamar a atenção para a situação desses povos que continuam sofrendo com a destruição dos ambientes naturais e os conflitos com invasores nas reservas em que habitam.

O animal foi descoberto enquanto o Dr. Ribeiro estudava espécimes depositados na coleção herpetológica da UNIVASF, na região dos municípios de Umburanas e Sento Sé. Em abril de 2018, a área onde a nova espécie foi descoberta se tornou oficialmente parte da Área de Proteção Ambiental Boqueirão da Onça, criada pelo ICMBio. A nova descoberta ressalta a importância da região como um grande santuário da biodiversidade da Caatinga.

Com a nova descoberta, chega a 27 o número de espécies de anfisbenas na Caatinga. No Brasil, são conhecidas mais de 800 espécies de répteis, sendo que destas, cerca de 80 são de anfisbenas. O país ocupa a 3ª colocação mundial no número de espécies de répteis, atrás somente da Austrália (cerca de 1.100 espécies) e do México (cerca de 950 espécies).

Leia [aqui](#) o artigo.

Acervo ICMBio



Anfisbenas não são peçonhentas ou venenosas, e não oferecem nenhum tipo de perigo

A

B

C



ODS relacionados



Resex Marinha Cuinarana inicia reuniões para discussão do perfil do Beneficiário

A Reserva Extrativista Marinha Cuinarana (PA) iniciou a etapa de discussão com a comunidade sobre o Perfil da Família Beneficiária. Foram realizadas reuniões em cinco comunidades e na sede do município de Magalhães Barata para que a população local pudesse debater sobre a definição do conceito de beneficiário, e as regras básicas para acesso aos recursos naturais da UC e às políticas públicas direcionadas aos beneficiários.

Como base legal para discussão do perfil do beneficiário, foi realizada uma apresentação sobre o Decreto 6.040 de 07/02/2007, o qual cria a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Com isso, foi oportunizado o debate sobre a necessidade de políticas públicas direcionadas ao reconhecimento e a valorização de populações tradicionais, como suas práticas produtivas, seus costumes, sua ancestralidade e acesso à moradia digna com saúde e bem-estar.

Também foi abordada a Lei 9.985/2000 que cria o SNUC e a Instrução Normativa nº 35 de 27/12/2013, que disciplina a elaboração e o reconhecimento do Perfil da Família Beneficiária. Essa abordagem foi necessária para que as famílias pudessem entender o papel de uma Reserva Extrativista e todo o processo necessário para uma família ser considerada beneficiária, assim como seus direitos e deveres.

Durante o debate, os participantes mostraram que muitos pescadores sobrevivem dos recursos naturais da Resex Marinha Cuinarana, principalmente da pesca artesanal. Além disso, foi possível perceber a necessidade de políticas públicas direcionadas aos pescadores da região, fato este também identificado durante o levantamento das famílias, realizado entre 2018 e 2019. Os participantes também identificaram a necessidade de criar definições de beneficiários, os quais deverão ter direito ao uso dos recursos naturais e acesso às políticas públicas direcionadas aos pescadores; e usuários, esses apenas com direito ao uso dos recursos naturais, desde que respeitando as regras da UC.



Mauro André de Castro

Unidade, criada em 2014, deu início ao processo do perfil de beneficiários

Outro ponto importante sobre a definição de beneficiários foi referente à existência das Resex Maracanã e Resex Marinha Mestre Lucindo, situadas em municípios vizinhos, como limitantes da Resex Marinha Cuinarana. Os participantes das reuniões foram unânimes na classificação dos pescadores artesanais dos municípios vizinhos apenas como usuários da Resex Marinha Cuinarana, tendo, portanto, acesso aos recursos naturais, mas sem acesso às políticas públicas que, por sua vez, deverão ser destinadas apenas aos grupos de pescadores artesanais residentes no município sede, estes considerados beneficiários.

Após reuniões comunitárias, a equipe do ICMBio e colaboradores, realizarão um Relatório Técnico, o qual será apreciado em reunião do Conselho Deliberativo, onde será confeccionada uma minuta de Resolução do Conselho Deliberativo que será encaminhada à COPCT/DISAT para análise e encaminhamentos necessários para posterior publicação do Perfil do Beneficiário da Resex Marinha Cuinarana.

As reuniões contaram com o apoio financeiro do Programa ARPA e com uma equipe de colaboradores autônomos e lideranças da UC.

ODS relacionados



Mutum-pinima é uma das aves protegidas pela Rebio Gurupi

Marcos Fialho

Aves são monitoradas na Rebio Gurupi

A Reserva Biológica (Rebio) do Gurupi (MA) promoveu mais uma etapa do monitoramento avançado de aves. As incursões tiveram início em 2017 e desde então têm ocorrido todo ano.

O objetivo é monitorar o estado de conservação da avifauna florestal diurna, especialmente as espécies ameaçadas, por meio da observação de tendências populacionais. O método baseia-se em estações fixas ou pontos de escuta, onde todos os contatos visuais e auditivos com aves são registrados ao longo de cinco dias. Os dados ainda estão sendo sistematizados, mas já é possível afirmar a existência de novos registros documentados de espécies para a unidade e também as primeiras estimativas de abundância para muitas espécies ameaçadas.

A Rebio do Gurupi é a mais significativa unidade de conservação de proteção integral da região, conhecida como Centro de Endemismo Belém, que compreende a porção mais oriental da floresta Amazônica, a leste do rio Tocantins, nos estados do Pará e Maranhão. É uma unidade de conservação extremamente importante para a conservação de aves na Amazônia, com numerosas espécies endêmicas e Criticamente Ameaçadas de Extinção, como o jacamim-de-costas-escuras (*Psophia obscura*) e o mutum-pinima (*Crax fasciolata pinima*), ao mesmo tempo em que está na região mais antropizada do bioma.

Este monitoramento tem sido viabilizado pela Coordenação de Monitoramento (Comob/Dibio), do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave), e apoiado pela unidade de conservação. A iniciativa contou com apoio dos ornitólogos Flor Maria Guedes, Hilda Melo, Gabriel Leite, Leonardo Pinheiro, Flávio Ubaid e Gustavo Gonsioroski.



Gabriel Leite

Pesquisadores detectaram novos registros de aves na Rebio Gurupi

ODS relacionados



Parque Nacional de Brasília recebe parceiros americanos

Nesta terça-feira (28), representantes da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) fizeram uma visita de cortesia ao Parque Nacional de Brasília (DF). Na ocasião, os norte-americanos puderam conversar com representantes do ICMBio, do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente, que apresentaram os últimos resultados obtidos pelo Brasil no âmbito da cooperação com a Agência.

A USAID foi representada pelo administrador-assistente da Agência para América Latina e Caribe, John Barsa; pelo diretor da Missão no Brasil, Ted Gehr; pela líder da equipe de Meio Ambiente, Anna Toness, e pelo oficial da Agência em Washington, Jesse Patterson. Da parte brasileira, estiveram no evento o presidente do ICMBio, Homero Cerqueira; o diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs, Marcos Pereira; o diretor de

Criação e Manejo de Unidades de Conservação, Marcos Simanovic; além de representantes do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente.

A visita começou logo cedo com uma caminhada em trilha e visita às piscinas do Parque Nacional de Brasília. Logo depois, o ICMBio iniciou as apresentações técnicas com um balanço da cooperação sobre combate a incêndios, o qual, por meio da USAID, o Brasil recebeu especialistas em fogo para auxiliar na determinação das causas do incêndio no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (MT), que ocorreu entre setembro e outubro.

“A parceria é importante para troca de experiências, de conhecimento, de aproximação. Eles (Estados Unidos) possuem mais de duzentos anos em experiência de conservação com parques”, avaliou o presidente do ICMBio, Homero Cerqueira.

Uma das interfaces de cooperação com o ICMBio é o manejo integrado de fogo (MIF). Historicamente, o contexto do fogo no país foi marcado pela exclusão de fogo, pelo entendimento de que o fogo é necessariamente ruim, pelo acúmulo de combustível e pelos combates intensivos, que, de acordo com o coordenador de Combate e Prevenção do Fogo, João Morita, eram onerosos aos cofres públicos e exaustivos para as equipes. Este contexto, segundo Morita, também afetava as impressões da sociedade civil sobre a efetividade das instituições envolvidas no combate.

Na questão do fogo, a USAID proporcionou ao ICMBio e ao Ibama contato com profissionais nos Estados Unidos, Austrália e África do Sul e fortaleceu a implementação do Manejo Integrado do Fogo. Novas metodologias, participações em seminários, técnicas de investigação de origem, sistema de comando de incidentes e capacitações em liderança foram apenas alguns frutos surgidos desta parceria. O ICMBio possui, atualmente, 120 servidores especialistas em fogo.

PARCERIA HISTÓRICA

A amizade entre USAID e Brasil é de longa data. A parceria com os norte-americanos vem da década de 1950. A USAID trabalha próximo ao Governo Brasileiro e à sociedade civil em busca de um desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Um dos programas de maior destaque é a Parceria para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia (PCAB), que atua em vários segmentos, especialmente os que são voltados para a melhoria do bem-estar e da situação econômica das comunidades tradicionais amazônicas. Como exemplo, estão o desenvolvimento Cadeias de Valor do Pirarucu e da Castanha.

Com o apoio da USAID, o Brasil conseguiu implementar Unidades de Conservação que se destacam no país, como o Parque Nacional de Anavilhanas (AM) e a Floresta Nacional do Tapajós (PA). Há colaboração em outras áreas do ICMBio, como o Programa Monitora, o Voluntariado e o processo de simplificação do Plano de Manejo, que agora é mais sintético, mais efetivo, mais rápido e mais econômico.



Representantes da USAID fizeram trilha no Parque Nacional de Brasília



ICMBio apresentou resultados do combate ao fogo

Bruno Bimbatto

Bruno Bimbatto

Ramilla Rodrigues



ODS relacionados

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



APA Costa dos Corais promove segundo módulo do projeto Jovens Protagonistas



58 jovens comunitários participaram da segunda etapa do Projeto Jovens Protagonistas

Thiago Hara

Nos dias 25 e 26, ocorreu o segundo módulo do Projeto Jovens Protagonistas da Pesca Artesanal na APA Costa dos Corais (AL/PE). A iniciativa é coordenada pelo Núcleo de Gestão Integrada (NGI) Costa dos Corais. Nesta oportunidade, foi a vez do município de Barra de Santo Antônio, em Alagoas receber o processo de formação.

O tema foi “Ecossistemas Marinho-costeiros” e foi desenvolvido por meio de oficinas de músicas e um mergulho no Coco, uma das manifestações culturais mais importantes de Alagoas.

O fim de semana contou com duas aulas de campo, ministradas pelo professor Clemente Coelho Júnior, fundador do Instituto Bioma Brasil e conselheiro da unidade. A primeira aula ocorreu a bordo de um catamarã e teve o Rio Santo Antônio como cenário. Na segunda aula, ocorrida na manhã de domingo, realizaram uma trilha pelo mangue do mesmo rio.

Nos dois momentos o professor pode trabalhar conceitos ligados a conectividade, dinâmica de marés, comportamento dos mangues, restingas e estuários, das águas do rio e das entradas

da maré, a fauna associada, bem como os impactos da interferência do homem nesses ecossistemas. Na vivência os jovens puderam não só observar *in loco* a abordagem conceitual, como também se divertiram tomando banho de rio e caminhando pelos mangues e bancos de areia da foz.

A oficina de Coco foi um momento lúdico criado para apresentar aos jovens essa importante manifestação cultural local e apresenta importantes elementos da identidade alagoana. Os jovens puderam ressignificar os conteúdos trabalhados de forma teórica e em campo. A oficina foi ministrada pelos mestres Nildo de Assis e Geninho de Assis.

Como resultados alcançados se destaca a possibilidade dos jovens conhecerem ou verem, a partir de um novo olhar, o ecossistema marinho-costeiro que lhes é próximo e a composição de cinco músicas de Coco feitas pelos jovens, exaltando a cultura da pesca artesanal, os ecossistemas marinho-costeiro e as riquezas ambientais e culturais da APA Costa dos Corais.

ODS relacionados



www.icmbio.gov.br

Projeto Primatas Ameaçados do Nordeste inicia com expedição a Alagoas

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (CPB) começou o Projeto “Primatas Ameaçados do Nordeste: Conhecendo populações e habitats para conservar espécies”. O objetivo principal é desenvolver um estudo de ecologia e genética da paisagem para avaliar a persistência e a dinâmica metapopulacional dos primatas ameaçados do Nordeste. O início do projeto foi em dezembro, com uma expedição ao estado de Alagoas. A iniciativa está prevista para durar dois anos.

Esta primeira expedição teve como meta verificar a persistência de populações do guariba-de-mãos-ruivas (*Alouatta belzebul*) e do macaco-prego-galego (*Sapajus flavius*) em fragmentos de Mata Atlântica em Alagoas, assim como a utilização da matriz destes fragmentos por estas espécies ameaçadas de extinção e contempladas pelo Plano de Ação Nacional Primatas do Nordeste (PAN PRINE). A Reserva Extrativista Marinha Lagoa do Jequiá, já colaboradora do PAN Primatas do Nordeste e de outras pesquisas do CPB na região, teve enfoque especial.

Para 2020 e 2021, a ideia é que ocorram expedições nas regiões de Mata Atlântica e Caatinga com presenças das espécies de primatas contempladas no PAN. Os pesquisadores querem

verificar a persistência dos primatas nas áreas e fazer estudos populacionais e de paisagem. Estes dados servirão para subsidiar análises de viabilidade populacional e de conectividade e recuperação de áreas degradadas. Para sensibilizar as comunidades locais sobre a importância de conservação dos primatas, estão previstos eventos de divulgação técnica e científica dos resultados.

O Projeto é financiado pelo Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio de Termo de Execução Descentralizada (FDD nº28/2019).

De acordo com Mônica Montenegro, coordenadora do PAN PRINE e do projeto FDD, “este significativo aporte financeiro via FDD permitirá a implementação de ações alavancadoras do 2º ciclo do PAN PRINE, uma vez que trará como principais produtos a identificação das populações viáveis e não viáveis das espécies alvo, a indicação de áreas a serem recuperadas e de áreas para implantação de corredores para conectividade, visando à manutenção ou promoção da viabilidade populacional dos primatas ameaçados do Nordeste”.

Gerson Buss



Novo Projeto do CPB vai desenvolver estudos focados em primatas ameaçados na Região Nordeste

ODS relacionados





Espécie volta ao Parque depois de duzentos anos

Carolina Starling

Jabutis são reintroduzidos no Parque Nacional da Tijuca

No dia 16 de janeiro, 28 jabutis do Projeto Refauna foram soltos dentro do Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro. Os animais, que passaram seis meses contidos em um cercado para se aclimatar, foram numerados, equipados com radiotransmissores, e são monitorados diariamente por equipes do Refauna, até meados de fevereiro, para acompanhar para onde vão se mover.

Até o momento, o monitoramento dos 28 indivíduos apontou que eles estão bem e que já começam a se dispersar pela floresta. Uma fêmea, Rubi, já se afastou mais um quilômetro da região de soltura, ocupando novas áreas da Tijuca. Os biólogos querem associar os dados de comportamento que obtiveram dos animais durante o período que eles estiveram no Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), Rio de Janeiro, com os dados de movimento e

sobrevivência dos animais no Parque. Isso os ajudará a entender como as personalidades dos jabutis afetam o processo de reintrodução, o que pode ser extremamente valioso para novas reintroduções.

O Projeto Refauna tem como um de seus objetivos reintroduzir espécies de animais que foram extintas do Parque Nacional da Tijuca. A iniciativa, que envolve três universidades (UFRJ, UFRRJ e IFRJ), teve início em 2010 com a reintrodução de cutias (*Dasyprocta leporina*). O projeto não quer apenas reconstruir a fauna de uma floresta vazia, mas também as interações ecológicas que foram perdidas junto com esses animais. Até o momento, já foram devolvidos cutias e bugios no Parque, e agora, em 2020, é a vez de um réptil ser retornado à floresta.

ODS relacionados



www.icmbio.gov.br



A *Drymobius rhombifer* foi uma das serpentes raras estudadas na expedição

Estudo aponta diversidade de anfíbios e répteis em Esec

Analistas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) elaboraram um artigo como resultado de uma pesquisa, que durou três anos, na Estação Ecológica (Esec) Rio Acre, na cidade de Assis Brasil, no Acre, uma das áreas mais isoladas do planeta. Eles realizaram um inventário de herpetofauna da Esec Rio Acre. No estudo, eles destacam que é alta a riqueza de anfíbios e répteis na unidade de conservação, principalmente, quando comparada a outras localidades da Floresta Amazônica no Brasil.

Para realizar o inventário, eles organizaram três expedições, e encontraram 132 espécies (63 anfíbios e 69 répteis). Este estudo fornece o segundo inventário mais robusto para o Estado do Acre até o momento e fornece novas informações que podem apoiar estudos futuros na região, como contribuir para a revisão do plano de manejo da Estação Ecológica Rio Acre, argumentam os pesquisadores.

Para chegar ao local, os profissionais ficavam isolados numa pequena base por dez dias após o deslocamento que podia durar 4 dias na ida e volta. O levantamento foi realizado nos meses de abril de 2015, fevereiro de 2016 e dezembro de 2017, na busca na floresta pelos anfíbios, lagartos, cobras e quelônios. O esforço de amostragem compreende cerca de 900 horas de observação, das quais 600 horas durante a noite e 300 horas durante o dia.

A Estação Ecológica Rio Acre é uma área protegida que compreende 79.395,22 hectares. A vegetação é classificada como floresta tropical aberta, pois é caracterizada pela presença de Florestas Abertas, onde o dossel apresenta menor densidade de árvores grandes e possui um pequeno bosque com grande abundância de palmeiras, bambus e lianas.

ODS relacionados



ICMBio em Foco - nº 547

Pesquisa aponta que áreas protegidas não inibem desenvolvimento econômico na Amazônia

Artigo científico desenvolvido pelos pesquisadores Erico Kauano, José Maria Cardoso da Silva, José Alexandre Felizola Diniz Filho e Fernanda Michalski estudou se as áreas protegidas brasileiras (unidades de conservação e terras indígenas) prejudicam o crescimento econômico (medido pelo Produto Interno Bruto Municipal) dos 516 municípios da Amazônia. Os resultados foram publicados no dia 16 de janeiro, na revista científica Land Use Policy.

A pesquisa usou modelos estatísticos espaciais para demonstrar os ganhos sociais e ambientais gerados pela expansão das áreas protegidas na Amazônia entre os anos de 2004 e 2014, quando muitas novas áreas protegidas foram criadas na região não inibindo a criação de novas oportunidades econômicas. Pelo contrário, os autores sugerem que a implementação efetiva de áreas protegidas traz ganhos potenciais e são mecanismos importantes de desenvolvimento econômico em contraponto às atividades ilegais, sobretudo as extrações ilegais de recursos naturais.

“A Amazônia brasileira está se tornando cada vez mais urbana e as atividades econômicas mais centralizadas nas grandes cidades, o que

explica parcialmente os nossos resultados”, comenta o analista ambiental do ICMBio, Erico Kauano, um dos autores do estudo.

“O nosso estudo demonstra claramente que o desenvolvimento social e econômico da Amazônia brasileira precisa combinar a intensificação das atividades econômicas não-florestais em torno das cidades, e a expansão das atividades econômicas florestais sustentáveis dentro e ao redor das áreas protegidas de uso sustentável”, sintetiza José Maria Cardoso, um dos orientadores da pesquisa e professor no Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical da Universidade Federal do Amapá e da Universidade de Miami.

O título do artigo é “Do protected areas hamper economic development of the Amazon region? An analysis of the relationship between protected areas and the economic growth of Brazilian Amazon municipalities” (“As áreas protegidas atrapalham o desenvolvimento econômico da região amazônica? Uma análise da relação entre áreas protegidas e o crescimento econômico dos municípios da Amazônia brasileira”) e está disponível no [link](#).

Parna Lagoa do Peixe começa a monitorar termo de compromisso com pescadores

Entrevistas vão subsidiar eventuais ajustes no Termo de Compromisso com pescadores

Em janeiro, a equipe do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS), ao lado do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave), do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) e do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (Cepsul), realizou a primeira expedição na UC para acompanhamento do termo de compromisso firmado entre a gestão da unidade e pescadores artesanais.

O acordo foi formalizado em dezembro de 2019 com pescadores artesanais que historicamente pescam no interior do Parque. A ideia era normatizar o uso dos recursos naturais visando a proteção das espécies do Parque e garantir a subsistência dos pescadores. De acordo com o termo, o ICMBio deve acompanhar, monitorar e avaliar periodicamente as atividades de pesca na UC de maneira participativa e ajustando as regras conforme o desenvolvimento.

O acompanhamento abrange estudos relacionados aos aspectos biológicos, produtivos, ecológicos, culturais, sociais e econômicos relativos ao uso e manejo dos recursos pesqueiros pelos pescadores artesanais tradicionais beneficiários do (TC)

Nesta primeira expedição, a equipe divulgou as normas de pesca pactuadas e realizou capacitação dos pescadores beneficiários no monitoramento do camarão-rosa. Eles também investigaram a interação da pesca e dos pescadores com as aves do Parque, bem como outras dinâmicas da pescaria.

O Cemave realizou dois censos simultâneos em áreas permitidas e restritas da UC, com observação e registro dos cenários e dos comportamentos apresentados pelas aves e pescadores antes da pescaria, na abertura das redes e na despesca do camarão. As informações vão servir como subsídios para avaliar eventuais impactos e interferências sobre as aves e melhor ajustar o Termo de Compromisso.

O CEPsul ministrou capacitação para monitoramento do camarão-rosa de nove pescadores. Cada pescador recebeu o Manual do Pescador Monitor e um kit de monitoramento composto por prancheta, régua para medição e coletor para amostragem. Cada monitor irá fazer a medição do camarão uma vez por semana e os dados serão encaminhados ao ICMBio.

Com as visitas em campo e diálogo com os pescadores, os servidores divulgaram as normas pactuadas coletivamente, de maneira a ampliar a participação da comunidade. A equipe distribuiu panfletos informativos com as normas, os locais autorizados e as proibições. O CNPT conduziu entrevistas para levantar informações socioeconômicas e culturais sobre a pescaria, de forma a levantar subsídios para a análise de percepção dos pescadores sobre o Termo.

As próximas expedições de campo de monitoramento do TC deverão ampliar as áreas para a porção sul do Parque e para a observação das demais artes de pesca abrangidas pelo TC.

Curta

Voluntários do Parque Nacional de São Joaquim auxiliam no uso público da UC

O Parque Nacional de São Joaquim recebeu, entre os dias 20 e 30 do mês de janeiro, um grupo de 6 voluntários de diversas regiões do país, para colaborar com os trabalhos de ordenamento do uso público da UC. Foram 10 dias dedicados ao manejo de trilhas, confecção de placas e moldes, sinalização, elaboração de mapas, recepção de turistas e sistematização de dados de visitação. Dentre os principais resultados, o grupo de voluntários concluiu a sinalização de um novo complexo de trilhas e cachoeiras que será aberto à visitação nos campos de Santa Bárbara, região de grande beleza cênica e potencial para visitação, classificada como de Uso Intensivo pelo Plano de Manejo da UC. Neste circuito também foi sinalizado um trecho do Caminho das Araucárias, roteiro de caminhada de longo curso, que ligará o Parque à Floresta Nacional de Canela (RS), como parte integrante do Caminho da Mata Atlântica.

As trilhas trabalhadas pelos voluntários e equipe do Parque foram priorizadas no Plano de Uso Público da UC, e estão sendo implementadas em caráter experimental. A minuta do Plano de Uso Público foi elaborada ao longo de 2019 pela Câmara Técnica de Uso Público do Conselho Consultivo e está em fase de finalização. A gestão do Parque aposta no voluntariado e em parcerias locais para viabilizar a implementação das trilhas e atrativos priorizados no PUP. Segundo o voluntário Sergio Espada: "Ser voluntário, além de uma prática de cidadania, é uma experiência incrível onde sempre saímos transformados, tanto no sentido do conhecimento sobre

as áreas naturais constituídas pela fauna, flora, belezas cênicas, mas também pelo aprendizado interpessoal de conviver com diferentes pessoas, de diversas partes do Brasil, compartilhando de culturas regionais e saberes"



Acervo Parana de São Joaquim



Voluntários participaram de manejo de trilhas e confeccionaram placas de sinalização

www.icmbio.gov.br



PARA QUE NÚMERO EU LIGO?

Precisa tirar uma dúvida por telefone sobre um e-mail que recebeu?

Sem uma assinatura de e-mail completa fica complicado, né?

Padronize sua assinatura com todas as informações necessárias!

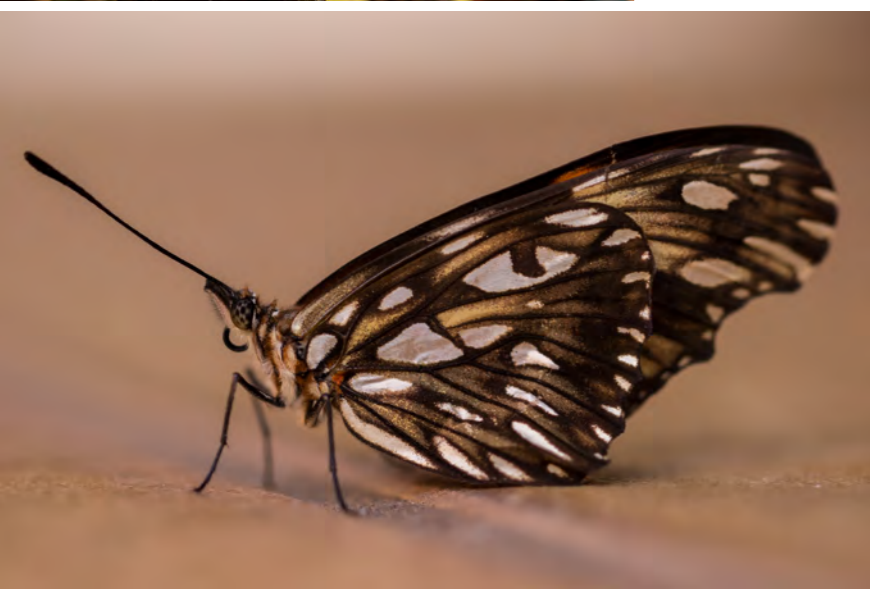
EuAssinoEmbaixo

SAIBA MAIS NA REDE ICMBIO



Flona de Sylvania (GO)

Fotos: Bruno Bimbato e Acervo Flona de Silvânia





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ramilla Rodrigues

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayananne Miranda

Diagramação

Marília Ferreira

Chefe da Divisão de Comunicação

Marjoire de Carvalho Malaquias

Foto da Capa

Thiago Hara

Colaboraram nesta edição

Ana Luiza Castelo Branco – Parna São Joaquim; Carla Viviane – DCOM; Carolina Alvite – CNPT; Danielle Paludo – Cemave; Danúbia Melo – Parna Lençóis Maranhenses; Erico Kauano – Parna Montanhas do Tumucumaque; Gabriela Scelza – APA Costa dos Corais; Leonardo Ribeiro – Univasf; Marco Freitas – Esec Murici; Marcos Fialho – Rebio do Gurupi; Mônica Montenegro – CPB; Rodrigo Moraes - Resex Marinha Cuinarana;

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL